

## **A TRAJETÓRIA DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPA NA REGIÃO OESTE DO PARÁ, DA DÉCADA DE 1970 A 2009: INSTALAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO**

**MARIA RAIMUNDA SANTOS DA COSTA**

Professora da Ufopa, Dra. em Educação em Políticas Públicas, maria.rasc@ufopa.edu.br

**ROSANA RAMOS DE SOUZA**

Professora da Ufopa, Doutoranda em Educação, rosana.souza@ufopa.edu.br

### **RESUMO**

O objetivo do estudo foi contribuir na reconstrução da trajetória de instalação e consolidação do Curso de Pedagogia da UFPA, em Santarém, formando pedagogos, na região Oeste do Estado do Pará. O estudo envolveu análise de dados coletados durante as pesquisas realizadas para elaborar a Dissertação de Mestrado (2006) e a Tese de Doutorado (2014). A metodologia teve caráter exploratório-qualitativo e foi utilizado como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica e documental. A análise documental envolveu fontes como: PPC do Curso; Relatórios Anuais do Curso, Relatórios Finais do *Campus* e Relatórios da Biblioteca do *Campus*. Os resultados mostram que ao longo da sua trajetória no *Campus* da UFPA, em Santarém, o Curso de Pedagogia apresentou toda a contradição presente na base das determinações do Estado Brasileiro, pertinente à instalação das políticas de expansão da educação superior para o interior do país.

**Palavras-Chave:** Educação Superior. Curso de Pedagogia. Expansão. Interiorização. Formação.

### **THE TRAJECTORY OF THE UFPA PEDAGOGY COURSE IN THE WEST REGION OF PARÁ, FROM THE DECADE OF 1970 TO 2009: INSTALLATION AND CONSOLIDATION**

### **ABSTRACT**

The objective of the study was to contribute to the reconstruction of the installation and consolidation path of the UFPA Pedagogy Course in Santarém, forming pedagogues in the western region of the State of Pará. The study involved the analysis of data collected during the researches carried out to elaborate The Master's Dissertation (2006) and the Doctoral Thesis (2014). The methodology was exploratory-qualitative and the bibliographical and documentary research was used as technical procedure, it also involved the author's experiential knowledge. The documentary analysis involved sources such as: PPC of the Course; Annual Reports of the Course, Final Reports of the Campus and Reports of the Campus Library. The results show that throughout the course of the UFPA Campus, in Santarém, the Pedagogy Course presented all the contradiction present in the basis of the determinations of the Brazilian State, pertinent to the installation of the policies of expansion of higher education to the interior of the country. Its installation in the West of Pará evidences what it represented for the Brazilian State to expand public higher education, particularly, to train Primary Education professionals in peripheral and poor regions.

**Keywords:** Higher Education. Course of Pedagogy. Expansion. Interiorization. Formation.

### **LA TRAJETORÍA DEL CURSO DE PEDAGOGÍA DE LA UFPA EN LA REGIÓN OESTE DEL PARÁ, DE LA DÉCADA DE 1970 A 2009: INSTALACIÓN Y CONSOLIDACIÓN**

## RESUMEN

El objetivo del estudio fue contribuir en la reconstrucción de la trayectoria de instalación y consolidación del Curso de Pedagogía de la UFPA, en Santarém, formando pedagogos, en la región Oeste del Estado de Pará. El estudio involucró análisis de datos recolectados durante las investigaciones realizadas para elaborar la Disertación de Maestría (2006) y la Tesis de Doctorado (2014). La metodología tuvo carácter exploratorio-cualitativo y se utilizó como procedimiento técnico la investigación bibliográfica y documental. El análisis documental implicó fuentes como: PPC del Curso; Informes Anuales del Curso, Informes Finales del Campus e Informes de la Biblioteca del Campus. Los resultados muestran que a lo largo de su trayectoria en el Campus de la UFPA, en Santarém, el Curso de Pedagogía presentó toda la contradicción presente en la base de las determinaciones del Estado Brasileño, pertinente a la instalación de las políticas de expansión de la educación superior hacia el interior del país.

**Palabras clave:** Educación Superior. Curso de Pedagogía. Expansión. Internalización. Entrenamiento.

## INTRODUÇÃO

O estudo teve por objetivo contribuir com a reconstrução da trajetória de instalação e consolidação do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará. Na construção do artigo, foram utilizados dados coletados durante as pesquisas realizadas para elaboração da Dissertação de Mestrado (2006) e da Tese de Doutorado (2014). Optou-se pela abordagem exploratório-qualitativa e adotou-se como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica e documental. A análise documental envolveu como fontes de informação: o PPC do Curso de Pedagogia; Relatórios Anuais do Curso, Relatórios Finais do *Campus* da UFPA/Santarém e Relatórios da Biblioteca do *Campus*.

Além dos dados já pesquisados, buscou-se outros registros contemplados na literatura nacional (Pesquisa Bibliográfica) e em documentos oficiais ainda não analisados, muitos dos quais levantados em sites oficiais (MEC, INEP) e de organizações como a ANFOPE e a ANPAE, usando para isso os recursos da internet.

A busca dos dados teve início no período de realização do Mestrado em Educação (2004-2006), intitulado “As repercussões do Exame Nacional de Cursos – ENC no Curso de Pedagogia” foi preciso resgatar parte da trajetória histórica do Curso e constatar que essa trajetória se entrelaça com o percurso da interiorização da UFPA, no Pará. Como referido, outra parte significativa dos registros está contemplada na Tese de Doutorado (2010-2014), intitulada “As repercussões da Interiorização da UFPA no trabalho dos docentes da rede estadual de ensino no Pará nas décadas de 1980 e 1990”.

Ressalta-se, de um ponto de vista mais teórico, as discussões estabelecidas no texto

se sustentam na história da educação e na historicidade institucional. No aspecto relacionado à prática, as análises consideram elementos distintos da experiência realizada por uma instituição de educação superior pública, na perspectiva de quem foi discente, docente e dirigente do Curso, na instituição pesquisada. Portanto, sua produção é também fruto de uma trajetória de experiência pessoal e profissional.

Para realizar a análise e delinear o texto/estudo, partiu-se do pressuposto de que nenhum acontecimento evidenciado no tempo presente pode ser negado como fenômeno construído por sujeitos históricos que por se constituírem como tal, por suas ações e atuações, transformam a realidade e fazem toda a diferença na sociedade e na vida. Entende-se que nenhum fenômeno histórico se dá, apenas como puro efeito ou consequência de causas passadas, por representar uma consubstanciação de eventos do passado vivido e do futuro almejado, projetado intencional e conscientemente.

O texto apresenta uma visão panorâmica do percurso do Curso de Pedagogia, durante o período em que esteve vinculado à UFPA, no *Campus* de Santarém, na sua organização estão contempladas reflexões acerca da política de expansão das ações e atuação da UFPA para o interior do Pará; a presença do Curso de Pedagogia no processo de Interiorização da UFPA; a consolidação do Curso em Santarém e sua expansão para municípios da área de abrangência do *Campus* de Santarém.

### **O Curso de Pedagogia e a Política de Expansão da UFPA para o Interior do Pará**

O Curso de Pedagogia analisado integra a Universidade Federal do Pará – UFPA desde 1957, e, a partir da década de 1970, iniciou a formação de pedagogos e professores para atuarem na Educação Básica, na região Oeste do Pará, na Amazônia Brasileira. Neste período, a UFPA tornou esta formação possível por meio da oferta de cursos intensivos, via extensão universitária, cuja origem advém do modelo adotado pelos Centros Rurais Universitários de Treinamentos e Ações Comunitárias (CRUTAC), como mostra e excerto abaixo.

[...] A ação extensionista das Universidades na Amazônia tem sua origem nos Centros Rurais Universitários de Treinamentos e Ações Comunitárias (CRUTAC); a experiência foi se intensificando, culminando em 1986, com o Seminário sobre interiorização, realizado em Belém, que contou com a participação das IES da região Norte que decidiram, conjuntamente, descentralizar suas funções através do I Projeto Norte de Interiorização (I PNI), previsto para o quadriênio 1986-

1989. (COELHO, 1996, p. 20).

Para compreender essa trajetória, partiu-se do pressuposto de que reconstruir a trajetória de um Curso de graduação no interior de um Estado Brasileiro, exigia situar o processo de sua interiorização e instalação no contexto conjuntural que a produziu.

Dessa forma, importa destacar que a oferta do Curso de Pedagogia no interior do Pará, se relaciona diretamente com a trajetória de expansão/interiorização da UFPA, iniciada quando o Brasil se encontrava sob o jugo dos governos militares (Ditadura Militar) e suas políticas desenvolvimentistas que perduraram até meados da década de 1980, no século XX.

A população brasileira viveu 21 anos de imposição deste ideário, que produziu reflexos decisivos na educação, em todos os níveis e em todo o país. Contraditoriamente, foi no contexto de expansão e desenvolvimento da economia que a oferta de educação superior pública para o interior do Estado do Pará se tornou viável, sob a orientação da Reforma Universitária de 1968 e das políticas projetadas para o desenvolvimento da Amazônia Brasileira.

No período, o governo brasileiro instalou e difundiu, em todo país, um discurso nacionalista em defesa do desenvolvimento do país. Com o presidente Castelo Branco (1966), o governo brasileiro passava a defender a necessidade de "Integrar, para não entregar", numa clara referência a Amazônia Brasileira. Usando esse *slogan* os governos militares criaram, incentivaram e desenvolveram vários planos para a zona interiorana da Amazônia e seus estados, merecendo destaque para àqueles que visavam investimentos no potencial energético; na abertura de rodovias; em projetos agropecuários e de mineração e projetos voltados para a colonização induzida que garantiria terra a homens sem-terra.

Com o discurso de garantir o desenvolvimento da Região Amazônica Brasileira foram criadas instituições estatais do porte da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e do Banco da Amazônia, projetadas para viabilizar e dar agilidade ao desenvolvimento do país, o que exigia como contrapartida a participação regional de todos os estados, para darem retorno aos investimentos do Estado Brasileiro.

Neste contexto, a expansão da educação superior pública em nível de graduação, tornou-se imperativa, era exigida para garantir formação aos trabalhadores e seus filhos que passavam a trabalhar e a residir no interior dos estados brasileiros. Como

consequência, essa condição passava a implicar em necessidade de qualificar formadores, era preciso formar os professores.

Desse modo, coube a educação superior à responsabilidade de qualificar formadores para viabilizarem a educação básica dos filhos dos trabalhadores e formar a mão de obra exigida pelo desenvolvimento da economia e seu mercado de trabalho.

Sobre este tipo de contexto e suas demandas, registros da literatura mostram que as políticas de desenvolvimento regional sempre trazem na sua base a necessidade de mãos de obra qualificadas para atender a demanda advinda dos arranjos produtivos locais, do comércio e da infraestrutura que se delineia, principalmente, naquelas reformas de base econômica e social.

Foi a partir deste contexto que a atenção das autoridades e dos brasileiros se voltava para a educação superior, entendendo-a como instrumento capaz de contribuir no desenvolvimento socioeconômico da Região Amazônica e do Pará, com especial atenção a educação pública, em nível de graduação. Na época, passava a circular no país o discurso nacionalista sobre a “necessidade de expansão do ensino superior público para atender brasileiros do Sul e do Norte”, com forte repercussão no interior do Pará, em cujo povo despertava o desejo de cursar este nível de educação.

Na época, pelos dados do Ministério da Educação e Cultura (MEC), o ensino superior na região Norte era inexpressivo, pois apenas 05 (cinco) em cada 100 (cem) jovens entre 18 e 24 anos cursavam educação superior na região. A questão se acentuava quando comparada à média brasileira que era de 10 (dez) para cada 100 (cem) jovens entre 18 e 24 anos. Mas, se tornava ainda mais grave quando comparada à realidade do interior dos Estados da Região, onde a diferença era de 01 (um) para 100 (cem) jovens entre 18 e 24 anos que cursavam este nível de educação (PROJETO DE TRANSFORMAÇÃO DO CAMPUS DA UFPA, EM SANTARÉM, EM CENTRO UNIVERSITÁRIO FEDERAL DO TAPAJÓS, 2000, p. 22; Apud COSTA, 2014, p. 206).

Nota-se que o processo de interiorização da educação superior pública, via instituição pública, no Pará, nasceu das demandas originárias desse contexto difuso e complexo, quando foram garantidas as condições estruturais básicas para que a UFPA expandisse suas ações e atuação para o interior do Estado Paraense, o que ocorrendo a partir da década de 1970.

Nesta década, no Pará, a educação em geral ainda apresentava traços dos fortes

efeitos deixados pelo êxodo rural e regional induzido pelo Estado Brasileiro e pelas mudanças estruturais, pertinente principalmente à educação básica. Aliás, sobre essa questão é importante ressaltar que na década de 1970, a população escolarizável na faixa de 5 a 19 anos, que compreende as faixas da educação infantil, fundamental e média (1º e 2º Graus), totalizava 1.482.086 pessoas. Mas, pelo intenso movimento migratório, desde o início da década o Estado vinha presenciando um grande aumento de sua população total.

A população paraense evoluirá de 2.167.018 habitantes para 5.179.505, no período entre 1970-1991 (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NO PARÁ, 1995/1999). Esse aumento populacional contribuiu para que em 1985 (fim da ditadura militar), a população escolarizável do Estado também aumentasse, passava das 2.932.673 pessoas, para atingir o dobro da população escolarizável anterior, segundo a mesma fonte.

Acrescia-se a isso o fato do Estado contar com 18.997 professores leigos exercendo a função docente nas diferentes redes de escolas do país. A rede Municipal concentrava o maior índice desse total, apresentando 11.997 professores leigos. Além disso, dos 25 mil professores na rede pública do Estado apenas 1% (um por cento), aproximadamente, era de profissionais graduados (JORNAL “O LIBERAL”, 1997, p. 3). Ou seja, a demanda por educação superior em nível de graduação apresentava-se como um imperativo social no Estado, principalmente nas regiões interioranas.

Com o objetivo de contribuir na redução do déficit educacional e profissional do Estado, a UFPA passou a desenvolver experiências de interiorização, inicialmente nas décadas de 1970 e 1980, com uma atuação fluída. Foi somente a partir da década de 1990 que a Interiorização da IFES ganhou forças, dando início ao processo de consolidação da oferta de educação superior pública, nos diferentes *Campi* instalados no interior do Estado, quando os cursos ofertados se tornaram regulares e permanentes.

Importa destacar que no ano de 1996, mesmo considerando o acréscimo de 71% de funções docentes no Estado Paraense, o índice total de docentes leigos havia caído para 31,78% (*idem*), e, seguramente, a UFPA exerceu um papel primordial nesta redução, em função da sua atuação no interior do Estado.

Na década de 1990, instalava-se e iniciava também um forte movimento expansionista que passava a reivindicar a criação de mais uma universidade pública no Estado, com sede em Santarém, na região Oeste do Pará. Este movimento culminou na

criação da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA (2009)<sup>1</sup>, com sede na cidade de Santarém. Seguindo a mesma lógica, posteriormente, ocorreu a criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA (2013)<sup>2</sup>, com sede na cidade de Marabá.

É importante destacar que essas intercorrências históricas não se apresentaram e se consolidaram como dádiva de um Estado preocupado com a educação do seu povo. O estudo mostrou que todo esse movimento só se tornou viável e real porque fazia parte das políticas do governo militar, um governo cuja preocupação era atender aos interesses do capital internacionalizado, e não atender com formação, em nível de graduação, profissionais da educação básica brasileira, assegurando-lhes melhores condições de trabalho.

Vale lembrar, porque não se pode ignorar ou esquecer, as exigências advindas da economia da década de 1990, implicaram na redefinição de novos objetivos e funções para a educação brasileira, principalmente a educação pública. As exigências governistas produziram a instalação de demandas radicais para a educação superior pública, justificadas na necessidade de se definir o lugar a ser ocupado pelas IFES, no mundo das reformas do Estado, da ciência e da virtualidade das novas tecnologias, da informação e da comunicação.

O Curso de Pedagogia chegou a Santarém, no Oeste Paraense, compondo o cenário socioeconômico que se instalara no país. No início, o Curso foi ofertado somente na cidade de Santarém, compondo o Núcleo de Educação<sup>3</sup>, instalado no ano de 1970, funcionando no período 1971-1972, em caráter intercalar. Foi interrompido e só voltou a ser ofertado no período 1980-1983, novamente em caráter intercalar. Após esta experiência, a instituição ofertou três turmas regulares e permanentes do Curso, no período de 1983 a 1987.

Em 1987, o Curso de Pedagogia voltava a ser ofertado no formato intercalar, compondo os Projetos Norte de Interiorização, como será mais bem detalhado. Tornou-se regular e permanente a partir de 1991, no *Campus* da UFPA/Santarém, se expandiu para a

---

<sup>1</sup> Conferir em: <http://www.ufopa.edu.br/institucional>. Acesso em maio de 2014.

<sup>2</sup> A Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) é uma instituição federal *multicampi* de ensino superior, de médio porte, criada oficialmente em 5 de junho de 2013 com sede na cidade de Marabá (Estado do Pará).

<sup>3</sup> Núcleo de Educação era o território cedido pelo poder público municipal, em uma dada cidade, portador da infraestrutura básica necessária para o funcionamento de cursos de formação de professores, em nível de graduação, interiorizados pela UFPA para funcionarem em períodos intercalares ou das férias escolares. Cedidos a partir do estabelecimento de parceria estabelecidas entre a UFPA e a Prefeitura do município sede.

região de abrangência do *Campus* a partir de 1994, com a primeira turma ofertada na Cidade de Óbidos, em caráter intercalar.

A partir de novembro de 2009, o Curso de Pedagogia passava a integrar o Instituto de Ciências da Educação – ICED da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, onde se mantém até os dias atuais, apresentando uma trajetória complexa e controversa, cuja trajetória é razão deste estudo.

### **O Curso de Pedagogia da UFPA e sua Trajetória na Região Oeste do Pará**

A presença do Curso de Pedagogia, em Santarém, se entrelaça com a história de expansão e interiorização da UFPA e sua trajetória compõe os diferentes ciclos de expansão da educação superior brasileira, tendo transcorrido mais por intenção socioeconômica desenvolvimentista de governo, do que mesmo em razão de preocupação do Estado Brasileiro em garantir educação superior pública à população paraense, como direito social e constitucional.

Na capital do Estado do Pará, em Belém, *Campus* sede da UFPA, o Curso de Pedagogia foi autorizado a funcionar no dia 28 de outubro de 1954 pelo Decreto nº 3.545/1954 e pela Portaria nº 721/1954, sendo expandido para o interior do Estado, na década de 1970, funcionando em Núcleos de Educação, e, posteriormente, em *Campi* Universitários localizados em municípios reconhecidos como “Polos Universitários Regionais”<sup>4</sup>.

Até a década de 1960, a UFPA manteve as suas ações e atuação limitada ao *Campus* Sede/Belém. Na primeira etapa do seu processo de expansão de cursos de graduação, como informa Moreira Junior (1985), a oferta do Curso de Pedagogia foi aprovada pelo Parecer nº 663/1970 do Conselho Federal de Educação – CFE e da Resolução de nº 39/1970 – CONSEP, do dia 14 de outubro de 1970, que autorizava a instituição a implantar Núcleos de Educação, no interior do Estado, com o objetivo de formar professores que já atuavam e para atuarem na educação básica, fora de sua sede, sob a responsabilidade institucional do então Centro de Educação (CE), hoje Instituto de Ciências da Educação.

Importa destacar, até este período, para cursar o nível superior, os alunos paraenses

---

<sup>4</sup> Polos Universitários Regionais – designação dada aos municípios onde funcionavam os cursos ofertados pela Universidade Federal do Pará - UFPA, nas mesorregiões do Estado do Pará, para onde convergiam alunos de municípios da sua adjacência, onde, posteriormente, foram instalados os *Campi* Universitários, hoje funcionando como Unidades Acadêmicas.



do interior do Estado do Pará, de Norte a Sul, de Leste a Oeste tinham de se deslocar para a capital do próprio Estado – Belém ou para a capital do Estado do Amazonas - Manaus. Por isso, entende-se que só por mudar esse panorama imposto à população paraense, a interiorização da UFPA representa um marco histórico na educação do interior do Pará e da Amazônia Brasileira. Reitera-se, essa viabilidade só se tornou real aos paraenses do interior a partir dos ciclos de expansão da educação superior encaminhados pelos governos militares.

O objetivo dessa fase expansionista da educação superior era ajudar no desenvolvimento nacional concebido no otimismo do “Milagre Econômico”, fenômeno socioeconômico observado fortemente no período de 1968-1974, quando o Brasil alcançava níveis excepcionais de crescimento econômico e havia uma forte exigência por retorno de investimentos, ao país. Na época, a Amazônia Brasileira e o Estado do Pará foram convocados a contribuir na consolidação do projeto nacional.

A iniciativa expansionista da UFPA coincide com as políticas de expansão decretadas pelo Estado Brasileiro, sob a orientação da Lei nº 5.540/1968 que instalou a Reforma Universitária no país, efetivada pelo então Ministro da Educação Tarso Dutra, quando os governos militares passavam a ver o interior como opção viável ao Brasil. Foi referenciada também pelo avanço científico e tecnológico, entendido, na época, como imprescindíveis ao desenvolvimento da sociedade. No tempo em que as autoridades brasileiras exigiam que estados e regiões se habilitassem para contribuir melhor com o desenvolvimento socioeconômico, o que exigia formação em nível de graduação também para formar lideranças, além de mão de obra.

Na época, além dos encaminhamentos da Reforma Universitária, o governo federal dava materialidade à Lei 5.692/1971 que implantou o ensino 1º e 2º Graus no país e instalou a educação profissionalizante desde a educação básica. No contexto, ocorria uma clara exigência do mercado de trabalho por formação de mão de obra barata e qualificada, pois havia urgência em formar um trabalhador capaz de atender ao mercado de trabalho, principalmente, aquele oriundo das empresas multinacionais em ascensão no país.

Com esta finalidade, foi idealizada uma reforma educacional pautada no modelo econômico dependente, projetado pelos norte-americanos para a América Latina. A reforma se sustentava em três pontos considerados fundamentais: educação e desenvolvimento; educação e segurança; educação e comunidade, reforçando a

compreensão sobre ser a educação essencial ao desenvolvimento socioeconômico. A análise de documentos do MEC mostra que esses encaminhamentos foram decisivos tanto para a UFPA quanto para outras IES brasileiras e amazônicas expandirem as suas ações e atuações para o interior dos seus estados e regiões, na época, não foi por vontade ou política institucional, foi por determinação do governo militar.

No processo de expansão/interiorização, a UFPA realizou o primeiro exame vestibular especial para selecionar profissionais da educação da rede pública, no final do ano de 1970, no mesmo ano em que o Conselho aprovava o Regimento Geral da Universidade Federal do Pará, através da Portaria nº 1.307/70.

O Curso de Pedagogia era ofertado a partir de janeiro de 1971, funcionando nos Núcleos de Educação sediados em municípios do Pará e nos então Territórios do Amapá, Rondônia e Roraima. A expansão ocorreu sob a responsabilidade conjunta da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG) e do Centro de Educação (CE), através da assinatura de convênios estabelecidos com os Governos do Estado do Pará e do Território Federal do Amapá e a Delegacia Estadual do Ministério da Agricultura.

De início, a atuação da UFPA deveria abranger apenas os Municípios de Santarém e Castanhal, mas, devido à grande demanda retida do Estado por formação de professores, foi preciso rever e redimensionar tal decisão. Na época, o número de professores leigos era estratosférico em todas as regiões do Estado Paraense. Por isso e também para minimizar o acúmulo produzido pelo déficit da educação básica e os baixos níveis de escolarização dos professores, a expansão da educação superior pública se tornará imperativa.

A premência por qualificação de professores, fez com que já na sua primeira fase, a oferta do Curso de Pedagogia fosse expandida para cinco municípios paraenses: Abaetetuba, Castanhal, Marabá, Santarém e Soure, abrangendo 14 microrregiões do Pará, com a oferta de Cursos de Licenciatura de Curta Duração, para atender profissionais da educação das redes de escolas públicas.

Na cidade de Santarém, a partir de janeiro de 1971, iniciava a oferta das Licenciaturas Polivalente em Pedagogia, Letras, Matemática, Ciências Naturais e Ciências Sociais, cujo objetivo era formar profissionais da educação sem afastá-los de sua região geográfica, como destaca Coelho (1998, p.19-20),

[...] no que diz respeito à interiorização do ensino, a UFPA em 14.10.1970, por intermédio da Resolução nº 39, assinada pelo Reitor na época Prof. Aloísio da Costa Chaves, cria Cursos de Licenciatura

Polivalentes de Primeiro Ciclo no interior do Pará (Santarém e Castanhal), nos quais funcionaram os Núcleos de Educação.

O artigo 3º da referida Resolução é dedicado aos objetivos dos Núcleos de Educação, entre eles a formação de especialistas, sem afastá-los de sua região de origem, habilitados a lecionar no 1º e 2º graus.

Após essa decisão a UFPA, por meio do Curso de Pedagogia, passava a se responsabilizar pela formação de docentes e técnicos educacionais para atenderem a rede pública estadual de 1º grau. De início, atendendo profissionais em exercício na rede pública estadual de educação básica, depois também profissionais para atuarem nas escolas da rede pública de todo o Estado, nos municípios onde funcionavam os Núcleos de Educação, posteriormente transformados em *Campi* Universitários, estando localizados nos Polos Universitários Regionais instituídos pela IES, e depois nos Núcleos de Interiorização, instalados na região de abrangência dos *Campi*.

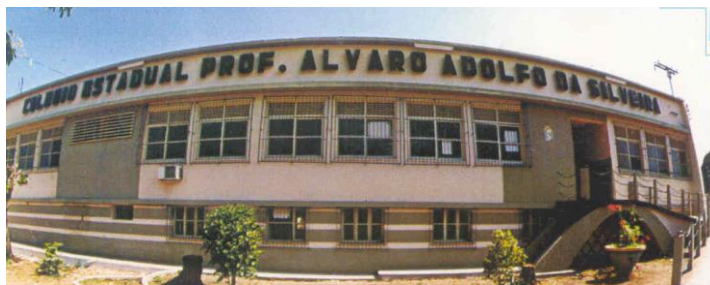
Na cidade de Santarém, no período de 1971-1973, as primeiras turmas do Curso foram de Licenciatura Polivalente de Primeiro Ciclo em Administração Escolar, mas foram ofertadas outras licenciaturas como: Letras, Matemática, Ciências Naturais e Ciências Sociais. As salas de aula foram instaladas no Colégio Estadual Álvaro Adolfo da Silveira (Foto 01), espaço cedido pelo Governo do Estado para funcionar o primeiro Núcleo de Educação no Município.

Reitera-se, em pleno período de implantação da Reforma Universitária (Lei nº 5.540/1968), da Reforma da Educação Primária (Lei nº 5.692/1971) e da aprovação do Plano Decenal de Educação da “Aliança para o Progresso<sup>5</sup>”, aliás, foi este Plano que estabeleceu as diretrizes técnicas da Escola Polivalente no Brasil, seguindo as orientações da Carta de *Punta del Este* (1961) e das Conferências realizadas em Santiago do Chile, em março de 1962, e, em Bogotá na Colômbia, em agosto de 1963.

**Foto 01:** Colégio Álvaro Adolfo da Silveira onde funcionou o primeiro Núcleo de Educação de Santarém

---

<sup>5</sup> Aos encaminhamentos da Aliança para o Progresso surgiram no contexto da Guerra Fria, período em que a ameaça comunista colocava em xeque o chamado “terceiro mundo”, em especial a América Latina, isto conduziu os Estados Unidos a uma mudança paradigmática na política externa para a América Latina; uma política de “generosidade” econômica e estratégica.



**Fonte:** Arquivo da Escola, 1980

O estudo mostra que a interiorização da UFPA transcorreu de forma bem diferente do que se ouvia falar, de que só teria se tornada realidade por decisão democrática da instituição e por iniciativa de alguns profissionais bem-intencionados ou da ação de “bons políticos” da região. A análise documental deixa claro que tudo transcorreu por direcionamentos políticos, mas decididos em nível nacional, para serem executados em âmbito regional e local.

Ainda que não se possa negar que no Pará, somam-se a essas decisões e aos direcionamentos oficiais do MEC, os consensos estabelecidos pela cúpula da UFPA com as autoridades do Estado e dos Municípios e os inúmeros acordos políticos “costurados” entre parceiros partidários e as exigências da sociedade civil organizada que solicitava a presença da instituição no interior.

Neste processo, não se pode ignorar a participação da sociedade civil organizada, que mesmo de forma indireta, contribuiu fortemente na instalação e consolidação da educação superior no interior. Aliás, no Oeste Paraense, essa participação foi bastante visível, principalmente, no período transcorrido entre a oferta das primeiras turmas, na década de 1970, e o retorno da UFPA, dez anos depois, na década de 1980. Sabe-se, que na época em Santarém, ocorreram várias manifestações públicas, envolvendo alunos secundaristas, professores das redes públicas e privadas e organizações sindicais, foram enviados documentos a administração superior e aos conselhos da UFPA, pleiteando o retorno da instituição ao município para dar continuidade à oferta de cursos de graduação, para atender as demandas do município e da região.

Por isso, entende-se que as manifestações da sociedade civil tiveram a sua importância e relevância, algumas foram até decisivas para que no final de 1980, a UFPA voltasse a se instalar no interior do Estado, desta vez vindo para ficar, organizada em Polos

Universitários Regionais, onde se estruturaram os oito (8) primeiros *Campi* Universitários<sup>6</sup> da instituição, localizados nas seis (6) mesorregiões Paraenses.

Dessa forma, a partir da década de 1990, estudantes secundaristas e trabalhadores da educação da região Oeste do Estado, passaram a se sentir mais seguros em relação a cursar educação superior, porque a UFPA dava sinais de que a sua presença no interior não era mais um ato esporádico e temporário, mas algo definitivo.

No final da década de 1980, um grupo de acadêmicos coordenava um movimento iniciado, em 1986, na cidade de Óbidos, para reivindicar a presença da UFPA no município. A partir da mobilização da Sociedade Obidense, foi elaborado e enviado à UFPA um documento (Projeto de instalação do Núcleo Universitário de Óbidos), com centenas de assinaturas, pleiteando a presença da UFPA em Óbidos. A população obidense esperou oito anos para ver esse pedido atendido, assim, em 1994, em condições políticas mais favoráveis, inclusive para o município, a cidade de Óbidos recebia a primeira turma do Curso de Pedagogia, inclusive primeira turma fora do *Campus* da UFPA/Santarém. Uma razão a mais para acreditar que a participação da sociedade civil teve relevância no processo.

Ao longo dos anos, as reivindicações originárias da sociedade civil organizada da região se juntaram às reivindicações dos alunos, professores e funcionários do *Campus* de Santarém, particularmente a partir da implantação dos Projetos Norte de Interiorização, para pleitear a criação de uma universidade pública federal na região. Tinha início uma luta aguerrida, com o envolvimento e a participação de muitos, em prol dessa causa. Foram tantos “encontros e desencontros” ocorridos ao longo de mais de vinte anos, mas, em 2009, o pleito se tornou realidade com a criação da UFOPA.

Entretanto, vale lembrar que na década de 1990, com a entrada no país das novas orientações originárias do mundo capitalista internacionalizado, outro modelo de Estado era exigido pela economia capitalista, os Estados Nacionais e seus governos passavam a exercer a função de agentes de socorro do capitalismo em crise, de novo a educação, particularmente a superior, voltava a ser pensada para exercer um papel de relevância no contexto de crise do capital, sua expansão e interiorização ganhava novo impulso.

Assim, com o argumento da necessidade de regulação e controle do Estado sobre a

---

<sup>6</sup> Os *Campi* Universitários são unidades acadêmicas instaladas nos Polos Universitários Regionais, nos Municípios-Sede.

educação, em todos os níveis, para consolidar o processo de redemocratização do país, após o fim da ditadura e a instalação da abertura política, o Estado Brasileiro passava a exigir das IES, principalmente das públicas, a realização de processos avaliativos com a finalidade de reorganizar os vínculos entre o ensino superior e sua própria produção, o mercado de trabalho e a sociedade.

Neste contexto, mesmo ocorrendo uma drástica recessão no país, a expansão da educação superior voltava a ser pensada como uma “necessidade nacional”, era preciso formar além da mão de obra, professores para melhorar o desempenho dos alunos, também porque a avaliação se tornará um indicador de desempenhos, condição para garantir o financiamento da educação, uma exigência dos organismos internacionais financiadores da educação Brasileira. O estado Brasileiro exigia que os sistemas educacionais, em todos os níveis, fossem avaliados para constatar suas produções.

No campo da educação superior pública, essa determinação se relacionava diretamente com o ensino, a pesquisa e a extensão, além das produções científico-tecnológicas e comunicacionais. As instituições de educação superior, principalmente as públicas, precisavam avaliar e melhorar sua produção científica, tecnológica e comunicacional por regulação do Estado Brasileiro.

Portanto, foi composto diferentes contextos de ajustes da economia, que o Curso de Pedagogia se tornou permanente e se consolidou formando pedagogos e professores para atender as redes de educação básica, no interior do Estado do Pará.

### **A Trajetória de Consolidação do Curso de Pedagogia em Santarém**

O Curso de Pedagogia teve a sua primeira regulamentação aprovada, no Brasil, pelo Decreto Lei de nº 1.190/1939<sup>7</sup> que criou a Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, compondo a Universidade do Brasil, *lócus* de funcionamento do Curso, cuja sede se localizava no Estado do Rio de Janeiro.

No Pará, somente 10 anos depois, se tornou possível a oferta do Curso na extinta Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada, em 17 de janeiro de 1949. Registros históricos mostram que isso se concretizou pelo idealismo e a dedicação do Professor Antônio Gomes Moreira Junior. O Curso foi instalado no Estado, em sessão solene

---

<sup>7</sup>O Decreto-Lei n.º 1.190, de 4 de abril de 1939, organizou a Faculdade Nacional de Filosofia e criou o curso de Pedagogia com três anos de bacharelado e mais um ano que compreendia o curso de Didática para a formação do professor.

realizada no dia 28 de outubro, de 1954, seguindo a regulamentação vigente no país, seu reconhecimento se deu pelo Decreto nº 35.456/1954 e a Portaria de nº 771/1954 do MEC. Foi incorporado pela UFPA, em 1957, na institucionalização do então Centro de Educação (CE). No Oeste do Pará, na cidade de Santarém, como referido, o curso teve a sua oferta encaminhada, em 1970 e sua consolidação iniciou a partir de 1991.

Na primeira experiência realizada, nos períodos de 1971 a 1973 e 1981-1983, o Curso seguiu o modelo orientado pelo Parecer nº 252/1969 – CFE e da Resolução CFE nº 2/1969 que estabeleceram a formação do pedagogo especialista em educação (Administração Escolar; Supervisão Escolar, Inspeção Escolar e Orientação Educacional) e as normas do seu funcionamento, seguiam os princípios orientadores da Lei 5.540/1968 – Lei da Reforma Universitária.

Só para lembrar, em 1968, por força da Reforma Universitária, o Curso saía da responsabilidade da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, porque a seção de Pedagogia deixou de existir nessa Faculdade, passou a ser disponibilizado na Faculdade de Educação, foi mantida a mesma regulamentação. Na UFPA, funcionou de início sob a regulamentação da Resolução nº 126/1972 – CONSEP que instalou a formação do especialista em educação, na instituição.

No primeiro período (décadas de 1970 e 1980), a oferta do Curso ocorreu para cumprir o convênio firmado entre a UFPA e o Departamento de Ensino Fundamental do Ministério da Educação e Cultura – MEC, cujo objetivo era ofertar cursos especiais para habilitar profissionais da educação atuantes nas escolas públicas do Interior do Estado do Pará. Sob esta mesma orientação, em 1982, a UFPA estabelecia convênio com a SUDAM e a Prefeitura Municipal de Santarém, para ofertar as três primeiras turmas regulares do Curso, primeira tentativa de tornar o Curso regular e permanente.

Outra curiosidade do processo, o Curso de Pedagogia que funcionava em Santarém foi o primeiro curso da UFPA a ser ofertado fora da sede, o primeiro a se tornar regular e permanente em um *Campus* de Interiorização, o *Campus* de Santarém, em 1991 e o primeiro Curso de graduação a ser expandido a partir de um *Campus* de Interiorização, em 1994, para o município de Óbidos.

Para dar materialidade ao convênio supracitado, em 1983, sob a regulamentação vigente no país, e, após realização de exame “vestibular aberto” foram iniciadas três turmas regulares do Curso de Pedagogia, na cidade de Santarém: uma turma de Orientação

Educacional, uma de Administração Escolar e uma de Supervisão Escolar. Entretanto, por apresentar um alto índice de evasão, a turma de Supervisão Escolar teve seus alunos absorvida pelas outras duas turmas, a partir da escolha dos alunos.

Ressalta-se, a partir da oferta dessas turmas, tanto o Curso de Pedagogia quanto os demais cursos de licenciatura da UFPA passaram a funcionar na Escola Municipal Dr. Everaldo Martins (Foto 02), local cedido pelo Governo Município de Santarém para abrigar o Núcleo de Educação da UFPA. O espaço foi transformado depois em *Campus* Universitário e o Curso continuou funcionando no local, sob a responsabilidade da UFPA, até o ano de 2009, quando foi criada a UFOPA. Hoje, no mesmo local, se encontra instalado o Instituto de Ciências da Educação – ICED que o aloja sob a responsabilidade da UFOPA.

**Foto 02:** *Campus* Universitário da UFPA, em Santarém.



**Fonte:** Costa, 2006

Vale lembrar que em âmbito nacional, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por fortes discussões acerca da formação do pedagogo. Entretanto, todo o empenho da época não foi suficiente para alterar, em termos legais, a estruturação curricular do Curso, que se manteve seguindo o disposto no Parecer 252/1969, que vigorou no país, por 27 anos, sendo validado até a aprovação da LDB de nº. 9.394, em 1996, como destacam Arantes e Gebran (2013).

No Pará, a partir de 1987, sob a orientação da Resolução nº 1.355 de fevereiro de 1986 que aprovou o Programa de Interiorização da UFPA e instalou o I Projeto Norte de Interiorização, foi disponibilizada mais uma turma do Curso, em caráter intervalar. Aliás, outra curiosidade, a turma foi a primeira ofertada pela instituição com o objetivo de “formar o pedagogo para o exercício da docência e das diferentes dimensões do trabalho pedagógico em âmbito formal e não formal” regulamentada pela Resolução nº 1.234/1985



– CONSEP, que garantia aos alunos o direito de optarem ao final da etapa de docência, por até duas habilitações de especialistas (Supervisão Escolar, Administração Escolar e/ou Orientação Educacional).

Importa lembrar que com o fim da Ditadura Militar de 1964, o país passou por um período longo de ajustes em todos os âmbitos da sociedade, envolvendo a educação em todos os níveis, dando início a uma nova fase político-social e educacional no país.

Neste contexto, no Pará, o governo paraense, por meio da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, em parceria com a UFPA, encaminhou a realização de um estudo acerca da situação real do Ensino Fundamental e Médio no Estado, envolvendo principalmente o interior. Este estudo mostrou além da problemática relacionada ao processo de ensino aprendizagem da educação básica, o baixíssimo nível de escolaridade dos professores que atuavam nas redes de escolas do Estado, como se observa (JORNAL “O LIBERAL; Apud OLIVEIRA, 1997, S.a).

[...] à exceção de Belém, atuavam cerca de 25 mil professores de primeiro e segundo graus, ligados à rede estadual ou às redes municipais de educação, dos quais apenas duzentos haviam cursado licenciatura plena e cerca de oitocentos haviam cursado licenciatura curta. Os demais 24 mil eram leigos. A constatação de que menos de um por cento dos professores tinham a formação licenciada plena indicava a urgente necessidade de realização de um programa agressivo de qualificação de professores leigos no interior do Estado como única forma possível de se corrigir a médio prazo o problema da baixa qualidade do ensino ministrado em nossas escolas [...].

Nota-se que neste período o panorama educacional paraense era péssimo, as autoridades tinham de tomar decisões imediatas para sanar o mais rápido possível a problemática. No Brasil, a busca por solução exigia o estabelecimento de parcerias dos Estado federativos com quem apresentasse saídas mais eficientes para a problemática educacional posta. No Pará, neste mesmo ano, a UFPA desencadeava discussões internas com o objetivo de intensificar suas ações no e para o interior. Por uma conjugação de esforços, a interiorização se tornava viável novamente.

Importa destacar, a aprovação do Projeto Norte de Interiorização, não se deu por acaso, ocorreu no período em que o governo federal alertava e determinava aos governos, dos diferentes níveis, que agissem em conjunto e decididamente para reduzir o déficit educacional e a demanda retida por falta de qualificação dos profissionais da educação

básica, em nível de graduação, em todo o país.

Portanto, o momento se apresentava propício à expansão/interiorização da educação superior no país e seus estados. Dessa forma, o governador do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, firmou uma parceria com a UFPA, cujo objetivo era reduzir a demanda retida por formação de professores, em nível de graduação e reduzir o enorme déficit educacional de 1º e 2º graus existente, principalmente, no interior do Estado.

Dessa parceria resultou, a partir de 1986, a elaboração e implantação do I Projeto Norte de Interiorização, o objetivo era, através da interiorização das ações da UFPA, disponibilizar cursos para formar professores e técnicos educacionais em todo o Estado, como se observa no excerto abaixo.

A partir de julho de 1985, a Universidade Federal do Pará iniciou um processo de discussão interna, com a finalidade de intensificar as ações de ensino, pesquisa e extensão universitária no interior do Estado do Pará. Essas discussões ampliaram-se para as Universidades da Amazônia que como resultado de seus Seminários e Encontros elaboraram o “I Projeto Norte de Interiorização (1986-1989)” constituído com a proposta de cada Universidade. A diretriz prioritária neste primeiro momento foi à formação de professores de 1º e 2º graus além de ser direcionado para o resgate e preservação do patrimônio artístico cultural e realização de pesquisas aplicadas na região. (RELATÓRIO ANUAL DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE SANTARÉM, 1996, p. 4).

Essa parceria foi ampliada para o âmbito federal, passando a envolver o Estado Brasileiro, o Governo do Pará e as IES públicas e privadas da Região Norte, particularmente as IFES. Portanto, o contexto era viável (final da ditadura) e o governo brasileiro tinha interesse em garantir a oferta de educação superior pública na região.

Com a instalação do I Projeto Norte de Interiorização – I PNI, a UFPA oficializava o seu Programa de Interiorização e instalava definitivamente a sua política de interiorização. Aliás, este evento tem sido difundido na própria instituição, como início do processo de interiorização da IFES. Trata-se de uma deferência bastante questionável, porque pode ser possível a negação de acontecimentos passados, mas, não se pode esquecer ou anular uma história construída “mão a mão” e “corpo a corpo” por muitos e por muito tempo. Talvez, isso ocorra pelo fato das experiências anteriores serem esporádicas, e, porque a IES só regulamentou a sua política de interiorização, no período. Esta condição pode até explicar a decisão, mas não justifica essa negação histórica.

Questiona-se radicalmente a forma de apresentar os fatos, a instituição pode até usar o argumento da não regulamentação como tentativa de negar as experiências de interiorização anteriores. Mas, não se pode ignorar a riqueza de uma trajetória construída historicamente por inúmeros sujeitos (dirigentes, professores, alunos e representações da sociedade civil). Por duas décadas, foram muitos os professores e dirigentes que desbravaram o interior deste Estado continental, para formar profissionais da educação básica, em diferentes áreas de conhecimento, trabalhado arduamente e em condições precárias, para ajudar a reduzir o baixo nível de formação e melhorar os baixíssimos índices de escolarização do Estado, que ainda hoje se mantêm precários, pelo descaso das autoridades, apesar do empenho das IFES.

Para iniciar os Projetos Norte de Interiorização, em 1986, a UFPA realizou exame vestibular especial para profissionais da educação básica (professores do ensino fundamental e especialistas da educação) que precisavam de formação em nível de graduação: Licenciatura em Pedagogia, Letras, Matemática e Biologia. O exame destinava-se a profissionais que já trabalhavam na rede estadual de ensino de 1º e 2º graus em municípios de todo o Pará. Desse modo, quando chegavam os períodos de férias e recesso escolares, estes profissionais da educação voltavam aos bancos da escola para se qualificar, em diferentes campos do saber. As primeiras turmas concluíram seus cursos a partir de 1991, ano em que, no *Campus* de Santarém, o Curso de Pedagogia se tornava regular e permanente.

Mas, se por um lado esta experiência foi bastante positiva, por outro lado, a partir dela a expansão da UFPA, via Projetos de Interiorização, adquiriu um caráter bem mais político, inclusive, com claro envolvimento político partidário. A interiorização passou a ser criticada porque se tornou uma espécie de “moeda de troca”, tendo, inclusive, merecido as muitas e duras críticas dirigidas à forma como transcorreu, por longo tempo, inclusive pelo autoritarismo que marcou a gestão de vários *Campi*.

No *Campus* de Santarém, um exemplo desse autoritarismo se relaciona ao fato da gestão do *Campus* ter ficado sob a responsabilidade de um Coordenador biônico de 1986 a 2002, foram 16 anos ininterruptos de autoritarismo. No que pese terem se sucedido inúmeras manifestações e reivindicações, esse coordenador só saiu porque perdeu a eleição realizada por decisão do Conselho do *Campus*. E, mesmo assim, o candidato eleito só assumiu a coordenação após inúmeras manifestações da comunidade acadêmica e de

alunos do *Campus* de Santarém irem a Belém e permanecerem acampados, no rol da reitoria, por uma semana, reivindicando junto a Administração Superior que o resultado da eleição fosse referendado e o coordenador eleito fosse empossado.

Entretanto, vale destacar, a presença dessa narrativa do cotidiano real, no texto, não se deve ao fato de na época haver divergências políticas, ideológicas e de concepção de gestão, no *Campus*, mas, por se entender que a história não é para ser negada, omitida, talvez, negada jamais. Assim, enfatizando as palavras de Trigueiro (1999, p. 49): “não estou levantando suspeitas individuais sobre a retidão e o caráter das pessoas que ocupam cargos importantes nas universidades públicas do país [neste caso uma IFES no interior do Pará], mas procurando apontar processos e problemas inerentes a essas instituições [...]”. A narrativa também se deve ao fato de se saber que existe certa cumplicidade tácita (pactos implícitos) entre as inúmeras redes de poder e de interesses no interior das instituições universitárias, que influenciam decisões e controlam, inclusive, comportamentos e condutas humanas.

Entende-se que mesmo quando as instituições impactam os sujeitos, estes reagem, interferem e mudam as suas configurações e características, modificando-as, se não a curto, mas a médio ou longo prazo. Existem modificações que ocorrem, por vezes, em função de outras demandas não institucionais, como era comum se observar no *Campus*, naquele período, a interferência da política partidária regional e nacional. Pode se dizer que a interiorização da UFPA também foi fecunda na produção de deputados estaduais e federais e prefeitos, na região.

Em 1991, o Curso de Pedagogia se tornava regular e permanente no *Campus*, com isso, eram ofertadas mais quatro novas turmas: duas em 1991 e mais duas em 1992. Entretanto, importa não esquecer, a consolidação da oferta do Curso de Pedagogia, em Santarém, ocorreu quando em âmbito nacional, os movimentos sociais se reorganizavam e reivindicavam a abertura política e a ampliação da expansão do ensino superior público e a avaliação da estrutura e organização das IES e dos cursos expandidos em todo o país.

Destaca-se, ainda que não se aceite a deferência aos Projetos Norte como marco inicial da interiorização da IFES, reconhece-se que com a instalação do I Projeto Norte de Interiorização a UFPA redesenhava a sua história em todo o Estado, deixava de ser percebida como “Universidade de Belém” para se tornar concretamente “Universidade Federal do Pará”. Como costumávamos dizer em nossas rodas de conversa, a partir dessa

experiência, a “grande águia” ampliou o seu ninho e passou a voar alto, realizando um voo de amplitude, para buscar e acolher outras centenas de jovens e profissionais da educação paraense. A IFES se deslocou da capital para conhecer o interior do Estado, para “expulsar os filhos do ninho” a fim de se habilitarem e ajudarem no desenvolvimento social e educacional do Estado e da região.

Esse processo ganhou força e se configurou com mais nitidez, a partir da criação e instalação do Projeto de Consolidação das Licenciaturas no Interior do Estado Paraense, em 1992. Foi a partir da aprovação e regulamentação deste Projeto que a oferta regular e permanente de cursos, no interior, se consolidou, passando a dar sinais mais claros de que a educação superior pública tinha vindo para ficar, no Oeste Paraense. Embora, para o Curso de Pedagogia do *Campus* de Santarém, isso já fosse realidade desde 1991, como mostram estudos de Coelho (1998, p. 20).

O Projeto de Consolidação das Licenciaturas no Interior do Pará surgiu em 1992, atendendo a 2.500 (dois mil e quinhentos) alunos em curso intervalar, matriculados em 08 (oito) *Campi*, onde funcionavam as licenciaturas em Letras, Pedagogia, História, Geografia e Matemática, desde 1986. A crescente demanda fez com que a UFPA ampliasse vagas, criando novas turmas, alternando oferta em diversos *Campi*. No Caso de Santarém, por exemplo, desde 1991 o Curso de Pedagogia passou a funcionar em caráter regular.

À medida que a experiência de interiorização da UFPA se consolidava, tornava-se cada vez mais premente a importância de ser dada atenção à continuidade da política de expansão da IFES. O Curso de Pedagogia estava presente em todos os *Campi* da IFES, exercendo um papel fundamental na formação dos professores da educação básica e dos jovens da região e do estado.

Na época, a interiorização da UFPA foi motivo para a realização de vários seminários de avaliação, merecendo destaque o intitulado: “Avaliação e Perspectivas da Interiorização das Universidades Amazônicas”, realizado em Santarém, em 1993, no então “Tropical Hotel”, hoje “Hotel Barrudada”. Dos encaminhamentos aprovados neste Seminário resultou a implantação do II Projeto Norte de Interiorização (II PNI), com execução prevista para o quadriênio (1994-1997), a partir de quando a UFPA reconheceu oficialmente os seus *Campi* do interior. A partir da execução desse projeto, o objetivo da interiorização se ampliou e a UFPA passou a investir fortemente na oferta de Cursos de

Pós-Graduação, *lato sensu*, visando à intensificação da pesquisa e da extensão nos diferentes *Campi*, como mostram os registros do Relatório do *Campus*.

O II Projeto Norte de Interiorização (II PNI): Documento das Instituições Federais de Ensino Superior da Amazônia – 1994-1997 teve como objetivo consolidar não só a interiorização da graduação, mas também da pós-graduação de modo a intensificar a pesquisa e a extensão nos *Campi*.

A partir desse redimensionamento, as dificuldades e limitações se acentuaram e foi com muita dificuldade que o III Projeto Norte de Interiorização iniciou sua execução para se exaurir abruptamente.

Mas, é certo, ao longo desse percurso, o Curso de Pedagogia ganhou relativa autonomia acadêmica e pedagógica em relação ao Centro de Educação – *Campus* da UFPA em Belém. Com isso começava a se desenhar também uma nova ordenação administrativo-pedagógica no Curso, em todos os *Campi* de Interiorização, como mostram os registros do DRCC (2001, p. 18).

A trajetória do Curso de Pedagogia na UFPA continua numa perspectiva constante de acompanhar os novos rumos da sociedade brasileira e, em particular, as atuais exigências da realidade amazônica. É nessa perspectiva que se implanta em 1994, em caráter permanente, o Curso de Pedagogia em todos os *Campi*. O número de alunos que ingressou no Curso passou de 100, no Campus do Guamá, para 508 em todos os *Campi*.

No exercício dessa autonomia, diferente do que ocorria em outros *Campi*, em Santarém, no ano de 1994, o Curso de Pedagogia já contava com as primeiras turmas de concluintes, originárias da oferta regular de 1991. Esse processo se ampliou de tal forma que no período entre 1991 e 2000, dos 1.088 profissionais formados pelo *Campus* da UFPA, em Santarém, 457 eram concluintes do Curso de Pedagogia, que passou a ter turmas concluintes todos os anos, até 2014, porque a UFOPA foi criada em 2009, mas a turma do Curso ofertada em 2010, foi mantida como UFPA, os alunos só colaram grau, em 2014.

#### **4. O Curso de Pedagogia Expande sua Atuação para a Área de Abrangência do Campus de Santarém**

Após a consolidação da interiorização da UFPA, em Santarém, mesmo os

professores do Curso de Pedagogia sabendo que as condições objetivas do Curso continuavam bastante precárias, havia conhecimento e ciência acerca de ser preciso continuar a formação dos profissionais da educação da região Oeste do Pará, os índices de escolaridades dos profissionais da educação básica continuavam baixos e os indicadores brasileiros mostravam, que a partir da década de 1990, aumentaram e se diversificaram as deficiências educacionais no país, em todos os níveis. Haviam, portanto, razões suficientes para justificarem a expansão do Curso para a área de abrangência do *Campus*.

Após um processo de muitas discussões e de amadurecimento político, acadêmico e pedagógico, também porque foi possível à contratação de um número maior de professores substitutos (Tabela 1) para os *Campi*, a partir de 1993, através de uma parceria estabelecida entre a UFPA/PROAD e a Prefeitura Municipal de Óbidos, o *Campus* de Santarém expandia a sua atuação para os municípios da sua área de abrangência.

**Tabela 1:** Evolução do número de professores da UFPA *Campus* de Santarém 1991-2000

Ano	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
<b>Carreira do magistério</b>	03	07	07	10	12	13	41	38	42	53
<b>Substitutos</b>	03	07	13	27	29	28	08	08	10	18
<b>Total</b>	06	14	20	37	41	41	49	46	52	71

**Fonte:** Projeto de Transformação do *Campus* Universitario da UFPA em Santarém em Centro Universitario Federal do Tapajós (2000)

Sabiam todos que a pretensão por uma nova universidade pública, envolvia maiores responsabilidades, fator decisivo para se aceitar a decisão de expandir a atuação do *Campus*. Em cumprimento a decisão, após a solicitação formal do município, a Coordenação do Curso e do *Campus* foram avaliar *in loco* a proposta, naquele momento a Prefeitura de Óbidos disponibilizou a Escola Municipal Irmã Firmina (Foto 03) para o funcionamento do primeiro Núcleo de Interiorização da UFPA, fora do *Campus* de Santarém, na cidade de Óbidos.

**Foto 03:** E.M. Irmã Firmina onde funcionou o primeiro Núcleo de Interiorização da UFPA/Santarém, no município de Óbidos



**Fonte:** Prof. Carlos Vieira, 1997

É importante destacar que a decisão do *Campus* em expandir a oferta do Curso, em Óbidos, representa um marco histórico na expansão da UFPA no interior do Estado, por produzir o fenômeno da interiorização da interiorização, a partir dela a IFES adentrava ao interior dos municípios Polos de Interiorização, adentrando cada vez mais ao interior do Estado do Pará.

A decisão de expandir foi de fundamental importância porque em 1996, os registros de desempenho do Estado mostravam que “[...] do total de professores leigos existentes no Estado do Pará, 79% tinha apenas a formação em nível de Ensino Fundamental” (COSTA, 2014, p.212), como se constata na Tabela 2.

**Tabela 2:** Docentes Leigos do Pará, por Grau de Formação – 1996

Redes	Fundamental	Médio	Superior	Total
Estadual	3.354	2.093	592	6.039
Federal	-	-	-	-
Municipal	11.303	657	37	11.997
Particular	306	475	144	925
<b>TOTAL</b>	<b>14.963</b>	<b>3.225</b>	<b>773</b>	<b>18.961</b>

**Fonte:** Organizada a partir de dados do Diagnóstico Educacional do Pará (1996 -1997, p. 31).

No mesmo ano, a UFPA/*Campus* de Santarém realizou exame vestibular especial, na Cidade de Óbidos, aprovando 50 professores da Rede Pública do Município que se tornaram professores/alunos do Curso de Pedagogia/UFPA, a partir de 1994. Outras turmas foram ofertadas no município, após a conclusão da primeira, nos anos de 1999, 2001 e 2004. Aliás, a turma que iniciou em 1999, integralizou seus estudos no primeiro semestre de 2004 e se tornou a primeira turma de interiorização do *Campus* de Santarém a participar do Exame Nacional de Cursos – ENC, em 2003, obtendo o conceito “A”, o que se sucedeu em três momentos de realização do ENC.

Vale lembrar que em 2000, a instituição aprovou a Resolução de nº 1.111/2000 – CONSEP que dispunha sobre a Administração Acadêmica dos *Campi*, instalava-se a autonomia administrativa e pedagógica nos *Campi* do interior. Neste contexto, sob a orientação da nova estrutura curricular aprovada pela Resolução nº 2.669/1999 - CONSEP, o Curso de Pedagogia de Santarém pode se organizar melhor tanto do ponto de vista administrativo, quanto acadêmico e mesmo político. Neste ano foi realizada eleição direta



para a primeira Coordenação local do Curso - quadriênio (2000-2004) que envolveu a participação democrática dos alunos de Santarém e Óbidos.

Após a eleição, coube a autora do estudo a responsabilidade de assumir a Coordenação do Curso, a partir de dezembro de 1999. Como Coordenadora a primeira providência tomada foi à instalação do Colegiado do Curso. Consolidada esta meta, o Colegiado do Curso constituiu uma comissão paritária composta por professores e alunos do Curso para a construção do primeiro Projeto Pedagógico do Curso.

Outra meta importante cumprida foi a instalação da política interna de qualificação do Corpo Docente do Curso, porque a maioria dos professores era de graduados, poucos tinham o título de pós-graduação em nível de especialização. De forma ousada, o Colegiado do Curso aprovou uma programação de saídas a partir de 2002, dando materialidade a saída gradual e contínua de professores para cursarem mestrado e doutorado. Dessa forma, o Curso de Pedagogia viu crescer ano após ano o número de mestres e doutores.

No ano de 1999, após um processo de muita discussão e controvérsias, pela complexidade envolvida, em função da defesa de se preservar a natureza pública de nossas ações e atuações e porque entendia-se de que ninguém melhor do que uma Universidade Pública para formar profissionais da rede pública de educação básica, numa região periférica e carente, o Colegiado do Curso aprovou um “Termo de Referência para Formação de Professores das Redes Municipais de Ensino, para atender municípios da área de abrangência do *Campus*”. O objetivo era qualificar profissionais da educação para atuarem na docência e na gestão das escolas municipais.

Assim, através da parceria UFPA/PREFEITURAS/FUNDEF, o Colegiado deliberou e aprovou a oferta de duas turmas do Curso de Pedagogia, via o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental - FUNDEF, uma em Óbidos e uma no município de Alenquer.

Em 2002, por meio do mesmo tipo de parceria estabelecida com as Prefeituras, foram ofertadas mais duas turmas do Curso, uma em Itaituba e uma em Almeirim. A turma de Itaituba foi formada a partir de um Consórcio que envolveu os Municípios de Itaituba, Trairão, Rurópolis, Jacareacanga e Aveiro.

Processo semelhante ocorreu, em 2003, com as Prefeituras dos municípios de Oriximiná e Curuá, resultando na instalação de mais duas turmas, uma em cada município.

Ressalta-se, o município de Curuá tinha obtido sua emancipação política há apenas seis anos, na época. A experiência do Curuá representou o maior desafio posto aos professores do Curso, principalmente, pelas condições objetivas de trabalho, mas foi também uma experiência valiosa pelo grau de sensibilidade e responsabilidade que envolveu.

As turmas do FUNDEF eram constituídas por 50 professores/alunos, mas, curiosamente, os índices de evasão no Curso eram baixíssimos, praticamente todos os professores/alunos conseguiram concluir seus cursos. Os índices de evasão e reprovação eram baixíssimos, não havia milagre o que havia era o fato dos professores/alunos corresponderem as exigências do ensino, superando bravamente as limitações da formação anterior, talvez, porque se tratava de profissionais mais experientes que sabiam o que buscavam na formação.

Na época, os alunos pareciam ser ávidos por conhecimentos e, talvez, o fato de estarem realizando o sonho de cursar educação superior em uma universidade pública, influenciava nos resultados obtidos. Somado a isso, fora estabelecido um rigoroso acompanhamento das turmas, ao longo do processo de formação, o que possibilitava aos professores/alunos resolverem suas pendências no percurso da formação, de tal forma que ao final os problemas eram mínimos, se consideradas as condições limitantes da oferta.

A partir de 2004, com a implantação do Processo Seletivo Social (PSS), outras parcerias com as Prefeituras dos municípios atendidos pelo Curso foram estabelecidas para a realização de novo Vestibular Aberto, via interiorização institucional. Na época, por uma decisão inédita do Colegiado do Curso, foram ofertadas novas turmas nos Municípios de Óbidos, Alenquer e Itaituba, agora, com 40 professores/alunos, constituídas a partir do encaminhamento que se tornou conhecido como “casadinho”. Como já há alguns anos a UFPA não promovia interiorização por iniciativa institucional e as demandas por formação de professores cresceram e vinham de vários municípios da área de abrangência dos *Campi*, para atender a quantidade das demandas enviadas a instituição, a IFES implantou as turmas casadinhas.

Na tentativa de encontrar uma solução plausível para a demanda retida por formação, após inúmeras reuniões e discussões internas, chegou-se à conclusão sobre ser possível disponibilizar turmas casadas, naqueles municípios, onde eram ofertadas turmas do FUNDEF. Nesta perspectiva, os professores iam para os municípios para trabalhar em um horário com as turmas do FUNDEF e no outro cumpriam carga horária do Plano

Individual de Trabalho (PIT), nas turmas ofertadas pela instituição.

Apesar de todas as críticas dirigidas ao modelo, algumas procedentes e até bem pertinentes, entende-se que a experiência representou um momento histórico muito rico, academicamente, porque possibilitava a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. Como os professores permaneciam mais tempo nos municípios e tinham mais autonomia, podiam organizar e coordenar eventos programados com a participação dos os professores/alunos, que puderam participar, inclusive, de projetos de pesquisa. Tanto os professores quanto alunos se envolviam em ações extensionista e de pesquisa, sendo certificados pelas programações realizadas, nos finais de semana e feriados.

É importa destacar que, na época, a situação de instalação do Curso no *Campus* era muito precária, os Contratos realizados via FUNDEF, tornaram possível construir uma infraestrutura física básica para o Curso, onde passou a funcionar a Coordenação do Curso e a Secretaria Acadêmica; foi possível a instalação e manutenção do Laboratório Pedagógico do Curso; a refrigeração das salas de aula; além da aquisição de mobiliários e recursos técnicos e tecnológicos como: armários, mesas, cadeiras, TVs, DVDs, projetores de slides, quadros magnéticos, o curso foi o primeiro a ter um data show, para uso acadêmico-pedagógico. O Curso passou a contar com uma secretária para organizar documentos, arquivos e instalar uma rotina continua de atendimentos.

Na época, para funcionar, o Curso dispunha apenas de um bolsista/trabalho cedido pelo *Campus*. Para garantir a rotina foi aprovado pelo Colegiado do Curso o Projeto intitulado “Acadêmicos Voluntários”, elaborado pela Coordenação do Curso, o objetivo inicial era instalar a Política de Extensão do Curso de Pedagogia. O Projeto previa a participação voluntaria de alunos do próprio Curso em ações internas e externas, representava a possibilidade de aproximar a UFPA de instituições/entidades públicas e particulares, dando aos alunos a oportunidade de ampliar a visão acerca do próprio Curso e do mercado de trabalho destinado ao pedagogo, ampliando o conhecimento sobre as oportunidades de emprego e trabalho na região. Mas, muitos alunos passaram a reivindicar a possibilidade de trabalharem como voluntários na gestão do Curso, principalmente, no atendimento ao público.

Dessa forma, o Projeto acabou se tornando fundamental, para dar maior funcionalidade e visibilidade ao atendimento e aos encaminhamentos e programações do Curso. Olhando de fora a questão é merecedora de críticas, mas foi, sem dúvida, uma

experiência marcante e positiva, ocasionou a disponibilidade dos alunos em participar da gestão e do Colegiado do curso. Os alunos só se tornavam voluntários se fossem acompanhados por professores e tinham a sua experiência comprovada, inclusive, para fins de currículo. O saldo positivo dessa experiência está concretizado hoje na UFOPA, vários servidores da instituição foram Acadêmicos Voluntários do Curso de Pedagogia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo pretendeu contribuir na reconstrução da trajetória de instalação e consolidação do Curso de Pedagogia da UFPA, em Santarém, formando pedagogos, na região Oeste do Estado do Pará. As análises mostram que na sua trajetória, no *Campus* da UFPA, em Santarém, expressa bem o movimento contraditório que está na base da determinação do Estado Brasileiro e das autoridades educacionais do país, em todos os níveis, pertinente às limitações impostas e interpostas a expansão da educação superior pública para o interior do país e seus estados, em regiões ainda hoje carentes desse tipo de formação, mas expressa também sensibilidade e responsabilidade social profissional.

Ao tempo em que era travada uma luta ferrenha pela criação de mais uma universidade pública federal no Pará, via-se a importância e a necessidade de se atender os candidatos e professores em exercício não qualificados para estabelecer as condições objetivas condizentes a professores formados, para viabilizar a presença da educação superior na região. Muitos dos formados, na época, depois, se tornaram, inclusive, professores da educação superior, na região, são muitos os que hoje são mestres, doutores e pós-doutores. Portanto, o que movia o curso não era apenas o ideal, havia responsabilidade no trabalho de formar professores que ganhou materialidade a partir do pouco que se dispunha naquelas circunstâncias. Mas, apesar das intemperes, o Curso oportunizou experiências ricas de trocas de saberes e estabeleceu relações que perduram ainda hoje.

Não restam dúvidas de que no percurso do Curso de Pedagogia, na UFPA, as contradições existiram e eram de natureza diversas, indo desde as relacionadas às condições objetivas de trabalho, a falta de infraestrutura, as relacionadas aos aspectos acadêmico-pedagógicos, psicológicos e emocionais até às pertinentes ao empenho amoroso de parte significativa dos professores e alunos sempre no anseio de garantir viabilidade e dar visibilidade ao Curso. Ainda havia àquelas imbricadas com as relações interpessoais e interinstitucionais do Curso, no Curso, no *Campus*, na e com a universidade e a sociedade.

O Curso de Pedagogia exerceu um papel fundamental na consolidação da oferta de educação superior em todo o Estado. Instalou experiências riquíssimas, ousadas, ímpares e projetadas para expressarem a responsabilidade social e educacional assumida pela IFES, com o desenvolvimento regional, no que pese a grande adversidade de situações e condições apresentadas nos diferentes e variados universos sub-regionais. Trata-se de uma experiência de formação que em hipótese alguma foi uma iniciativa apolítica ou autossuficiente como quiseram fazer crer alguns sujeitos “bem-intencionados”.

A trajetória histórica do Curso apresenta divergências de naturezas diversas, tanto de origem afetivo-emocionais, quanto políticas e ideológicas, manifestas no cotidiano dos sujeitos e expressas em resistências, tensões e lutas entre projetos e propostas antagônicas. Mas, era visível que no centro do conflito, a luta por democracia e a garantia de direitos era a base da formação, sendo defendida por todos alunos e professores. Talvez, por isso, sempre que o Colegiado do Curso precisava tomar decisões polêmicas, era comum se observar certa intensificação e entrechoque entre os sujeitos.

As divergências emergidas do enfrentamento político ideológico, sempre que havia interesses comuns, confluíam para a unidade, principalmente, se dissessem respeito aos interesses e necessidades do Curso, do *Campus* e da UFPA. Era curioso ver que apesar das adversidades, as divergências não eram razão para desrespeitos ou desconsideração ao outro, acredita-se que eram diluídas em razão da responsabilidade que movia todos os sujeitos. Talvez, fosse dessa forma, por ocorrerem em um território limitado como era o de um *Campus* do interior.

Os resultados apresentados na formação nos mostram que apesar das inúmeras dificuldades e limitações, tudo valeu a pena. Existe mérito tanto na interiorização da UFPA quanto na atuação do Curso, ambos cumpriram a responsabilidade histórica de superar o desafio posto ao longo do processo: “formar recursos humanos qualificados para atuar na educação básica”.

A interiorização foi palco de muitos conflitos ocorridos, inclusive, entre diferentes segmentos da instituição, que, talvez, por isso, se manteve impossibilitada de “olhar” mais para si mesma e rever a sua atuação e suas ações, com isso, perdeu a oportunidade de se auto avaliar, repensar e reprogramar suas próprias práticas. Uma limitação que se acredita contribuiu para produzir “verdadeiros dogmas” relacionados à interiorização, que gerou muitos “vícios institucionais”, alguns perduraram por anos.

Pesquisar, narrar e ou descrever a trajetória do Curso de Pedagogia foi uma experiência maravilhosamente rica, talvez, por tudo o que esta percepção/compreensão representa na vida dos docentes que fizeram parte desta construção histórica, enquanto experiência pessoal, profissional e acadêmica. Embora se saiba que é assim também para muitos profissionais que estiveram e se mantêm engajados na responsabilidade de empreender e consolidar a formação de profissionais da educação, numa região ainda tão inóspita, não apenas do ponto de vista educacional, mas social, cultural, científica, tecnológica, política, etc.

## REFERÊNCIAS

ARANTE, A.P.P. e GEBRAN, R. A. **O Curso de Pedagogia e o processo de Formação do Pedagogo no Brasil**: percurso histórico e marcos legais. Artigo submetido a aprovação em setembro/2013 e aceito em dezembro/2014 DOI: 10.15628/holos.2014.1643. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1643>. Acesso em 22/05/2015.

BRASIL. **I Projeto Norte de Interiorização**: Documento das Instituições de Ensino Superior da Amazônia – 1986 –1989.

BRASIL. **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus.

BRASIL. **Lei nº 5.540**, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. **III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto**; 2ed.; 1980/1985. Brasília, MEC/CCS, 1982. rev. aum.

BRASIL. Departamento de Ensino Fundamental. **Relatório 74/78**. Brasília, MEC/DDD, 1979.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Relatório Anual (1974/1978) – O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**, Versão Preliminar; Departamento de Assuntos Universitários (DAU); Coordenação de Avaliação e Controle (CODEAC) – Brasília: 1978.

COELHO, Maria do Socorro da Costa. **Interiorização do Ensino Superior no Pará e o Banco Mundial**: um olhar sobre as aproximações destas propostas – Dissertação de Mestrado - Piracicaba SP, 1998.

COSTA. M.R.S. da. **O Exame Nacional de Cursos - Provão e suas repercussões no Curso de Pedagogia da UFPA/Santarém**, Dissertação de Mestrado apresentada ao

Programada Pós-Graduação do Instituto de Ciências da Educação – ICED, da Universidade Federal do Pará – UFPA – Belém, 2006.

COSTA, M.R.S. da. **As repercussões da Interiorização da UFPA no Trabalho dos Docentes da Rede Estadual de Ensino no Pará, nas décadas de 1980 e 1990**; Tese de Doutorado apresentada ao Programada Pós-Graduação do Instituto de Ciências da Educação – ICED, da Universidade Federal do Pará – UFPA – Belém, 2014.

MOREIRA JUNIOR, Antonio Gomes. O Centro de Educação e a Interiorização da Universidade in Universidade Federal do Pará - **Recortes em Educação** – Belém: v.1; n.1, junho de 1985.

PARÁ. **Diagnóstico Educacional do Pará 1996 - 1997** – Belém/Pará; Governo do Pará/Secretaria de Estado de Educação (Série: Estatísticas Educacionais nº 2).

PARÁ. **Diagnóstico Educacional do Pará 1999** – Belém/Pará; Governo do Pará/Secretaria de Estado de Educação (Série: Estatísticas Educacionais nº 4).

PARÁ. **Plano Estadual de Educação 1995/1999** – Belém/Pará; Governo do Pará/Secretaria de Estado de Educação, outubro de 1995.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. **A teoria da modernização, a aliança para o progresso e as relações Brasil – Estados Unidos**. Perspectivas, São Paulo, 2006 (p. 151-175).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **A reestruturação Curricular do Curso de Pedagogia** – Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia - Belém, PA: Centro de Educação, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia** – Santarém, PA – Campus Universitário de Santarém – Colegiado do Curso de Pedagogia, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Relatório Anual de Prestação de Contas: Gestão do Colegiado do Curso de Pedagogia (out/1999 a fev/2004)** – Santarém, PA – Campus Universitário de Santarém – Colegiado do Curso de Pedagogia, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Projeto Acadêmicos Voluntários**, Curso de Licenciatura em Pedagogia: *Campus* Universitário da UFPA - Santarém, S/a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Relatório Anual do Curso de Pedagogia** – Santarém, PA – Campus Universitário de Santarém – Colegiado do Curso de Pedagogia, 2000, 2002, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Relatório Anual do Campus de Santarém** – Santarém, PA – Campus Universitário de Santarém (2003, 2000, 1988 e 1987).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Resolução nº 1.111**, de 28 de fevereiro de 2000 – Dispõe sobre a Administração Acadêmica dos *Campi* da Universidade Federal do Pará

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Resolução nº 1.355**, de fevereiro de 1986 – Aprova o Programa de Interiorização da Universidade Federal do Pará

SILVA, C. S. B. **Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade**. 3ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

SILVA, Marcelo Soares Pereira. **Políticas e Práticas de formação de gestores escolares frente às novas DCN para o Curso de Pedagogia**. Disponível em: [http://www.anpae.org.br/congressos\\_antigos/simposio2007/259.pdf](http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/259.pdf). Acesso em 20/05/2015.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. **Universidades Públicas: desafios e possibilidades no Brasil Contemporâneo** – Brasília – DF, Editora Universidade de Brasília, 1999.